

## UM CASEBRE JUNTO À CADEIA: sociabilidade entre figuras sociais antagônicas

Laura Meira Bonfim Mantellatto<sup>1</sup>

**Resumo:** por meio de um relato de história de vida, este artigo recupera detalhes da forma de sociabilidade, e os sentidos atribuídos à vida cotidiana, no contexto histórico das décadas de 1960 e 1970. Quem nos conta esta história é Lourdes, mulher que, em 1964, logo após o casamento com um policial militar, mudou-se com ele para um casebre anexo à cadeia de madeira, numa cidadezinha na região noroeste do Paraná. Lourdes relata a formação de um relacionamento de amizade com os presos, com quem partilhava, inclusive, a cozinha do casebre, onde alguns dos homens eram encarregados pelo preparo da refeição para o todo o grupo encarcerado. Além deles, Lourdes também se aproxima de mulheres da zona de meretrício, as quais, quando presas, ficavam sob seus cuidados. O artigo discute as transformações sociais ao longo processo de modernização da vila em cidade, com ênfase na política de administração dos espaços e possibilidades de arranjos interpessoais ao longo do período ditatorial.

**Palavras-chaves:** História de vida. Sociabilidade. Modernização capitalista. Ditadura militar.

### A HUT ATTACHED TO A JAIL: Sociability between antagonistic social figures

#### Abstract

Through a life story history interview, this article recovers details of the form of sociability, and the meanings attributed to everyday life, in the historical context of the 1960s to 1980s. Lourdes is a woman who, in 1964, after marrying a military policeman, went to live with him in a hut attached to a wooden jail. Lourdes talks about the establishment of a friendly relationship with prisoners, with whom she shared the kitchen of the hut, where some of them were in charge of preparing meals for the entire incarcerated group. In addition, Lourdes coexisted with prostitutes that, when arrested, were under her care. The article discusses the social transformations during the process of modernization, emphasizing the policy of space administration and possibilities of interpersonal arrangements throughout the dictatorial period, responsible for repressing meetings and various forms of interpersonal association.

**Keywords:** Life story. Sociability. Capitalist modernization. Military dictatorship

*Recebido em: 17 de julho de 2022*

*Aceito em: 1º de julho de 2022*

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil. E-mail: [laura.mantellatto@unesp.br](mailto:laura.mantellatto@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5663-7770>

## Introdução

Este artigo contempla um recorte do material obtido na etapa de campo da minha pesquisa de doutorado, na área de Psicologia e Sociedade. Em linhas gerais, venho estudando relatos de história de vida de mulheres idosas (faixa etária média de 75 anos), onde procuro recuperar, junto com elas, cenas do cotidiano e experiências interpessoais ocorridas ao longo do processo de modernização do interior paulista. Logo, a partir deste material, é possível identificar pontos de tensão, continuidade e dissidência estabelecidos por essas mulheres enquanto agentes da história, num contexto de viés patriarcal. Ainda que a cidade onde o material foi obtido esteja situada no estado de São Paulo, Assis/SP localiza-se próxima à fronteira com o Paraná. Sendo assim, o relato de uma das senhoras se concentrou, particularmente, na memória do período que sucede o casamento com um oficial da polícia militar, no ano 1964. Nesta época, o homem foi recrutado para assumir a função de carcereiro numa cidadezinha próxima, no noroeste do Paraná. O povoado havia sido elevado à condição de município em 1961, resguardava, portanto, os contornos de vila.

Chamarei a esta senhora de Lourdes. Escolhi o seu relato dentre os outros, e o apresento separado do todo que compõe a pesquisa de campo, pela qualidade descritiva que contextualiza o transcorrer do cotidiano num cenário ímpar. A vida doméstica de Lourdes se dava num casebre, anexo à cadeia de madeira da vila. Como resultado, ela estabelece formas de sociabilidade interessantes com as pessoas que estavam presas. Inclusive, mantendo esse contato mesmo após a modernização do sistema penitenciário da cidade. Entendo que o conteúdo do relato pode ser interessante não apenas para acadêmicos da Psicologia, mas, também, para aqueles de áreas afins como a antropologia, por exemplo. Portanto, o apresento como um recorte: uma ilustração que transmite a espontaneidade de associações interpessoais, mesmo entre aqueles que se situam em funções sociais antagônicas. Com isso, quero discutir a hipótese de rivalidade entre a família do carcereiro e presidiários, bem como, entre a mulher dona de casa e aquelas que ganhavam a vida na zona de meretrício, indicando o estabelecimento de uma dinâmica de sociabilidade que os reposiciona como parceiros da vida cotidiana.

Organizo o artigo da seguinte maneira: de início, em *Um casebre junta à cadeia*, o leitor entrará em contato com a narrativa de Lourdes, por meio de transcrições literais do seu relato, acrescidas de sínteses que viabilizam o estabelecimento de um ritmo temporal mais ligeiro, contemplando as mudanças engendradas pela modernização de vila

em cidade, ao longo das décadas de 1960 e 1970. Na segunda parte, apresento a metodologia utilizada. Depois, em *Sociabilidade entre figuras sociais antagônicas*, estabeleço uma discussão qualitativa teórica sobre relato de Lourdes, principalmente a partir de Simmel; por fim, encerro o artigo com as considerações finais.

### **Um casebre junto à cadeia**

Em 1964, quando é deflagrada a ruptura institucional no governo brasileiro, Lourdes, com 15 anos de idade, conheceu o marido, um oficial da polícia militar, na época, com 30 anos de idade. A diferença geracional entre os dois fez com que o pai de Lourdes colocasse o oficial para correr, quando este foi pedir a mão de sua filha em casamento. Lourdes trabalhava desde criança como empregada doméstica. Ainda que não visse a cor do salário, os patrões a ofereciam comida e um lugar para dormir. Sendo assim, ela voltava para a casa dos pais somente aos domingos. Durante os dias de serviço tinha, como uma de suas tarefas, varrer a frente da casa dos patrões. Foi quando ela e o policial se viram pela primeira vez, já que ele frequentava uma mercearia naquele quarteirão. Não demorou muito, os dois começaram a namorar escondido, sendo que, diante da recusa paterna quanto ao casamento, os dois planejaram uma fuga para que pudessem ficar juntos. Como o oficial não tinha um endereço fixo, aceitou o chamado de seu superior que precisava de um carcereiro. Tratava-se de uma cadeia de vila, num povoado do noroeste do Paraná. Esta cadeia, ainda que rudimentar, atendia às necessidades do casal, já que possuía um casebre anexado, construído para ser a casa do carcereiro. Sendo assim, o casal fugiu para o povoado.

Lourdes: meu pai era daquela época que menina não estudava, porque dizia que mandava carta para namorado, fazia coisas que não podia. Então, eu me criei analfabeta. Quando eu *casei*, eu *casei* com quinze anos. Quando ele (namorado) chegava para tomar café (na mercearia), eu já ia varrer lá fora. Ele me dava sorvete, chocolate... Daí ele falou: “você não quer ir embora comigo?”. Daí, eu falei: “é bem agora que eu vou mesmo, eu vou!”. Marcamos a hora, ele passaria para me buscar de jipe. Quando foi dez horas da manhã, falei para minha patroa: “não vou trabalhar mais aqui, não. Pode arrumar outra moça”. Ela respondeu: “meu Deus do céu... Você está com quinze anos, menina!”. Passei dois anos sem voltar para a casa dos meus pais. Quando chegamos na vila, nós fomos morar na cadeia. (...) Não tinha luz nem água. Era poço de tirar água. Não tinha nada. Quando eu *tava* grávida do meu filho, chegou a luz. A gente já podia ter uma televisão, um rádio. Depois de um tempo, veio a água. Daí ficou bom. Já veio o asfalto. Caro o asfalto! Para eles passarem asfalto na frente da casa da gente, tínhamos que pagar. Era caro que Deus me livre... era uma vila comprida, a nossa casa era de esquina. Então, cobraram o asfalto dos dois lados para a gente. Todo mundo tinha que pagar.

Quem não ia querer asfalto na frente de casa? Pagamos parcelado, à vista, não tinha ninguém que pagasse. (...) Lá, a terra é vermelha, vermelha... Todas as casas *tinha* um facão na porta para limpar o sapato. Um facão ou uma enxada. As pessoas faziam tudo a pé ou de jipe. Quando chovia, antes de ter asfalto, colocavam corrente na roda do jipe, caso contrário, deslizava. A gente tinha lampião de querosene. Quem usava lamparina, amanhecia com o nariz tudo preto de respirar fumaça. O lampião tem o vidro em cima, a fumaça não vai para fora. Ninguém tinha geladeira, porque ainda não tinha chegado a luz. As que funcionavam a querosene eram caras. Juiz, promotor, advogado era quem tinha geladeira. Meu marido mandou fazer uma casa de madeira para a gente, *pro* meu filho já nascer numa casa. Ela era bem-feitinha, com banheiro dentro de casa. Antes, o banheiro era fora de casa e o chuveiro era daqueles de puxar com corda, sabe?

O projeto de mudança para a casa própria, entretanto, demorou mais do que o esperado, tendo acontecido alguns anos após o nascimento do filho. Dessa forma, a família permaneceu residindo no casebre. Nele, havia dois cômodos: quarto e cozinha, sendo o banheiro desmembrado da construção principal, em virtude da ausência de saneamento. Cabe destacar que a cozinha deste casebre era a mesma utilizada diariamente por um par de homens presos, os quais preparavam a refeição para todo o grupo encarcerado. Logo, a pequenez e justaposição dos espaços contribuiu para aproximar a rotina doméstica da família com a daqueles que estavam sob tutela do policial. Lourdes narra a formação de uma convivência amistosa, mais próxima, inclusive, do que a mera relação de vizinhança, já que a experiência de partilha do cotidiano desdobrou-se para o investimento afetivo.

L: quando meu filho era pequeno, estava com uns 2 anos, Seu Valdomiro colocava meu filho no ombro e brincava com ele. Bem dizer, quem criou mais meu filho, foram os presos. Meu filho chamava pelo Seu Valdomiro, gostava muito também do Seu Benvindo e do Seu Adamantino. Meu filho e o Adamantino ficavam riscando, desenhando no chão, sabe? Criou assim: nas mãos dos presos. Uma vez, eu na área de casa, meu filho brincando com o Rogério, ele *tava* preso porque tinha matado a esposa. De repente, escuto um *griteiro* do Rogério, gritando... Sai correndo, quando chego, vejo o meu filho, de 9 meses, andando. O Rogério gritava, batia palma e o meu filho andava. Nunca mais parou de andar. Já pensou?! Cada coisa...

A formalidade de tratamento hierárquico, pressuposta numa situação de encarceramento, não só estava colocada em suspenso, como também, ampliava-se o círculo familiar, englobando aqueles que, por imposição policial, vinham somar companhia no dia a dia da vida doméstica. Lourdes, muitas vezes, também policiava: quando mulheres ou crianças eram presas, elas não permaneciam no galpão da cadeia, mas, sim, no casebre, sob a sua vigia. Ainda que não houvesse a formação de um vínculo

afetivo com essas pessoas, pelo fato de permanecerem presas por poucos dias, Lourdes relembra que as tratava como visita e elas se comportavam da mesma maneira. As mulheres que eram presas vinham sob uma acusação em comum: prostituição. Geralmente, eram presas como represália pelo envolvimento em brigas com clientes. Já as crianças, na maior parte, meninos, eram órfãos que furtavam para se alimentar. Lourdes também conta quais eram os crimes mais comuns que levavam as pessoas para cadeia:

L: (...) tinha a Sueli, morava na zona. Brigou com um homem, deu uma garrafada na cabeça dele. O homem *tava* bêbado, caiu e morreu, por isso foi presa. Ela era tão boazinha, ficava junto comigo. De dia, ficava na cozinha comigo. (...) A Maria Camargo ficava louca, louca de tomar chá de folha da flor saia branca, sabe? Era igual maconha, ficava louca. Ia presa sempre, era presa com as crianças no colo, nunca deu nenhum filho para ninguém. Ia presa com as crianças. Chegou a ficar lá em casa comigo, por causa das criancinhas. Ela era brava que Nossa Senhora... Numa vez que foi presa, estava para nascer um filho, meu marido me deixou com ela, ali embaixo do pé-de-maracujá, esperando o nenê. Ela era mais velha, ficava *entocadinha*, sentada no chão igual índio. Me falava que não gostava de gigolô, que encostava e ficava tirando dinheiro das mulheres. (...) Uma vez, tinha um menininho, ele chamava Rubinho, tinha o que... Uns 11 anos. Ele era ladrão, roubava tudo as coisas lá. Não assaltava ninguém: entrava em armazém e padaria durante a noite. Até que pegaram ele, levaram para a cadeia. Como ele não podia ficar preso, porque era menor, ia lá *pra* dentro da cadeia, dormia no corredor da cadeia só de noite. De dia, ele ficava comigo. Eu tinha uma amizade com ele. Ele ia lá na cadeia e falava assim: “*tô* fazendo vaquinha para o café, vaca para o café!”. Tudo os presos *corria*, pegava um dinheiro e dava na mão dele, ele saía para comprar o pó do café. Não comprava pó de café nenhum... Na cadeia, servia café só de manhã. Então, ele pegava dinheiro *pro* pão, café e açúcar, sabe? Chegava no armazém, comprava doce, groselha e vinha embora. Os presos *falava*: “Cadê o café? Onde que tá o café?”; o Rubinho respondia só batendo com a mão na barriga. Menina do céu... E os presos não podia falar nada para meu marido, porque era proibido fazer vaca e jogar baralho, dominó... Só jogavam jogo de palitinho. Uma vez, levamos o Rubinho para Curitiba, para a prisão de menor. Foi eu, meu marido e o motorista da viatura rural. Quando foi dali um mês, mais ou menos, ele *tava* de *vorta*. Escapou de lá. Falei: “Rubinho, como é que você foi escapar de lá, Rubinho...”. Ele respondeu: “Eu vim embora em cima de um caminhão de banana, quando chegou em Mauá da Serra, o motorista parou para ver as bananas e me tirou de lá, me estatelei no chão”. Não sei como ele chegou até lá. Não prenderam mais... Quando meu filho nasceu, o Rubinho já *tava* com 14 anos, aí já podia ficar na cadeia. Deixavam ele lá na cozinha durante o dia. Os pais dele tinha morrido, não tinha irmão, não tinha ninguém. (...) Naquele tempo, que eu mudei para lá, droga não tinha, só tinha golpe de bilhete e tocaia de justiceiro, pistoleiro: só tinha isso. Era uns trinta e poucos presos na cadeia, tudo pistoleiro que matava para ganhar dinheiro. Os que mandavam matar e o que matava ia preso do mesmo jeito. Às vezes, *tava* preso o pistoleiro, o homem que mandou matar e o homem que arrumou o pistoleiro. (...) A cadeia era num galpão de madeira, as grades só na porta de cada cela. Punha para tomar sol lá fora. Ninguém fugia... Um tomava conta do outro, porque se um fugia, todos levava, né? (...) A maioria dos presos era velho, uns 50 anos. Tinha um lá bem velhinho... Chamava Seu Camilo, era mineiro, bem baixinho assim, era *pistoleirinho*, sabe? Morreu enquanto *tava* na cadeia, era bem velho. Acontecia de alguns presos serem condenados e transferiam para penitenciária de Curitiba: quando chegava lá, eram mortos. Foi assim com o Bráulio e o Vitória. O Bráulio era amigão meu, eles *cozinhava* lá na cozinha. O Vitória era meu compadre, eu batizei um filho

dele. O Vitório matou o sogro, porque o sogro pegou a filha na marra. Depois fizeram a cadeia de material, começou a vir gente de outras cidades, aí tinha preso mais novo (de idade). Mas quando a gente ainda morava perto da cadeia de madeira, lembro que chegou um rapaz, o Estevão. A noiva dele não queria mais se casar, então ele matou a moça. Esse não saía da cela, porque os parentes da noiva *ia* lá pegar ele. O pai da noiva jurou matar ele. O Estevão pegou 15 anos de cadeia, foi mandado para Curitiba, nunca mais fiquei sabendo dele. Outra vez, foi preso um *japonesinho*, ele me falou que era fácil de fazer bomba. Perguntei como que ele fazia, ele me disse: “*perai*, vou fazer uma para a senhora ver”. Pegou uma caixa de fósforo, raspou tudo o fósforo, fez um burquinho no tijolo, colocou a pólvora da caixa de fósforo ali. Deu uma martelada por cima, você precisa ver o estouro que deu... Menina do céu, cada coisa que eu já vi nesse mundo.

Em meados da década de 1970, são inauguradas na cidade delegacia e penitenciária de alvenaria. Substituindo o jipe, chega a viatura de polícia e os oficiais deixam de portar fuzil, passando a usar revólver. Lourdes comenta que, até então, a maioria dos policiais daquela região eram analfabetos, havia um curso de formação que durava, aproximadamente, duas semanas, em seguida, eles já recebiam o fardamento para trabalhar. Com a nova infraestrutura, o processo de admissão na carreira policial tornou-se mais exigente. É desenvolvido um serviço de inteligência, responsável por desmembrar quadrilhas e demais formas de associação que viessem a se formar entre os presos. Dessa forma, se antes a pequena cidade apenas encaminhava os homens condenados para o presídio de Curitiba, a partir dessa nova gestão, passou a receber homens que vinham de diferentes localidades do Paraná. A população carcerária do município aumentou, tornando-se descaracterizada, heterogênea, sem qualquer tipo de vínculo ou identificação territorial. Na perspectiva de Lourdes, tal forma de gestão do presídio conduziu a um aumento da criminalidade, já que os presos, quando eram soltos ou fugiam, atuavam contra a população local, uma vez que não tinham qualquer tipo de proximidade com aquelas pessoas, já que vinham transferidos de outras cidades.

Diante de tal reestruturação no trabalho da polícia, Lourdes conta que o marido foi remanejado para o serviço de patrulha urbana, período que coincide com a mudança da família para a casa própria. Lourdes, por sua vez, ocupava-se costurando peças de roupa sob medida, além de abrir um salão de beleza em casa, onde ela atuava como cabelereira. Ainda que a cidade estivesse passando por mudanças significativas em sua infraestrutura e modo de funcionamento, a clientela de Lourdes era formada pelo legado da sociabilidade própria dos tempos da cadeia de madeira, sendo suas clientes as prostitutas que outrora, eventualmente, frequentavam o seu casebre.

L: eu costurava para elas, faziam muita roupa, muita roupa... Eu nem ligava que elas eram da zona, não *tava* nem aí, eu queria era costurar. As outras pessoas *ficava* meio esquisito assim, sabe? Eu nunca tive esse preconceito besta, não. Se elas estavam lá, não era à toa, coitadas. Naquele tempo, se fizesse alguma coisa antes do casamento, o pai *tocava* elas para fora de casa. Não tinha perdão, tinha era que ir embora. Como é que vai fazer? Para onde que essas moças *vai*, né? Era para esses *lugar* mesmo, coitadas. Lá, elas não *podia* sair na rua, só podia sair de charrete. Vinha de charrete na casa da gente. Costurava para uma mulher que chamava Deusa, Deusamira, chamavam ela de Deusa. Ela era dona da casa da mulherada. Ela trazia aquelas *mulher* para eu fazer roupa, tinha dia que fazia fila para *mim* tirar medida delas. Precisa de ver... Elas nunca ficaram devendo um tostão. Vinham de charrete, às vezes, tinha quatro, cinco charretes na frente da minha casa.

O processo de modernização também impactou a dinâmica da zona de meretrício. Isso porque muitas pessoas vinham de outras regiões a procura de trabalho, o que contribui para aumentar o público que encontrava na zona uma forma de subsistência. Próximo à zona de prostituição, Lourdes explica que havia um lugar chamado *Vila Pega Cria*. Ali, uma senhora cuidava das crianças que nasciam na zona. Operava-se uma espécie de orfanato na informalidade, onde as pessoas que dispunham de uma condição financeira mais confortável iam escolher crianças para levar consigo, tomando-as como filhos legítimos. Na década de 1980, a casa de prostituição foi extinta, Lourdes considera que o fechamento foi motivado pela situação da *Vila Pega Cria*, onde o número de crianças aumentava exponencialmente, sendo que a condição de cuidado das crianças seguia rumo inverso, gerando grande comoção popular.

Por fim, Lourdes conta como o regime governamental de exceção impactou no contato e na formação de vínculos interpessoais ao longo das décadas que se estende seu relato. Havia uma sensação de vigilância implícita nos espaços públicos, de modo que as pessoas não podiam se reunir para conversar, independente do contexto. O espaço de sociabilidade mantinha-se restrito às relações domésticas: fator que explica, ainda que em partes, a proximidade da família de Lourdes com o grupo de presos que ficava sob sua responsabilidade, na época da cadeia de madeira e da amizade com as mulheres da zona de meretrício.

L: ah, não podia ter quatro pessoas reunidas, não. Se tivesse, ia preso. Era tão esquisito, nossa... Quando o Castello Branco morreu, ainda morávamos na casinha ao lado da cadeia, ouvi a notícia no rádio. Se você saísse da igreja, fosse mulher ou homem, não podia ficar ali conversando, tinha que ir para casa. Uma coisa que eu achei muito ruim, viu?

Pergunto a Lourdes se ela guarda objetos ou fotografias daquela época. Ela, então, me mostra o livro do curso de corte e costura que fez por correspondência. Ela começa a me mostrar algumas bolsas que costurou, me chama atenção uma bolsa cinza. Ela explica:

L: É farda, uso as fardas antigas do meu marido para fazer bolsa. Um tecido bom, aguenta bastante peso, é boa para trazer fruta do mercado. Têm essas feitas com tecido de guarda-chuva, essas são boas porque não molha por dentro.

Visualmente, as bolsas de sombrinha eram bem coloridas e chamavam atenção, além de possuírem a tecnologia adaptada à prova d'água. Porém, eu me mantinha intrigada com a bolsa de farda. Peço para ver melhor: na parte de dentro, o forro da bolsa, era estampado com flores. Demonstro interesse de fotografar, Lourdes autoriza e sorri contente, ao perceber meu interesse pelo seu trabalho.

Figura 1. *Bolsa de farda.*



Fonte: Acervo Pessoal, 2021

Lourdes me mostra o livro do curso de corte e costura por correspondência, o *Vogue*, que ela completou com o auxílio de uma professora, já que não sabia ler. Além do livro, ela guarda a tesoura e o esquadro que acompanhavam o material. A nota da

roupa, enviada por correspondência para São Paulo (onde passava pela avaliação), era gravada no esquadro. Começo a folhear o fascículo, sendo que, o curso completo, corresponde a cinco livros com moldes detalhados de roupas da moda infantil e feminina. Trata-se de uma formação destinada às *patricias do interior* que, pelas mais diversas razões, não têm acesso a aulas presenciais na cidade de São Paulo. O autor da metodologia *Vogue* destaca que o conteúdo é apresentado de forma acessível, exigindo do público-alvo ensino primário completo, ainda que, na prática, não houvesse necessidade de comprovar o grau de instrução para adquirir o material e obter o certificado de formação. Nas primeiras páginas, há uma seção intitulada *Conselhos Úteis*, em que o autor reafirma a importância da profissionalização da mulher da seguinte forma:

A nossa vida sobre a terra é incerta. Precisamos nos preparar para o que vier. Os pais não vivem para sempre e eles devem preparar o dote de suas filhas dando-lhes uma profissão honrosa (...) às vezes o braço forte falta e é preciso o fraco movimentar-se (...).

Sigo folheando as páginas iniciais do livro, encontro um parágrafo onde estão elencadas as vantagens da formação em corte e costura, anotadas com base nos padrões de gênero e sociabilidade da época, transcrevo algumas delas:

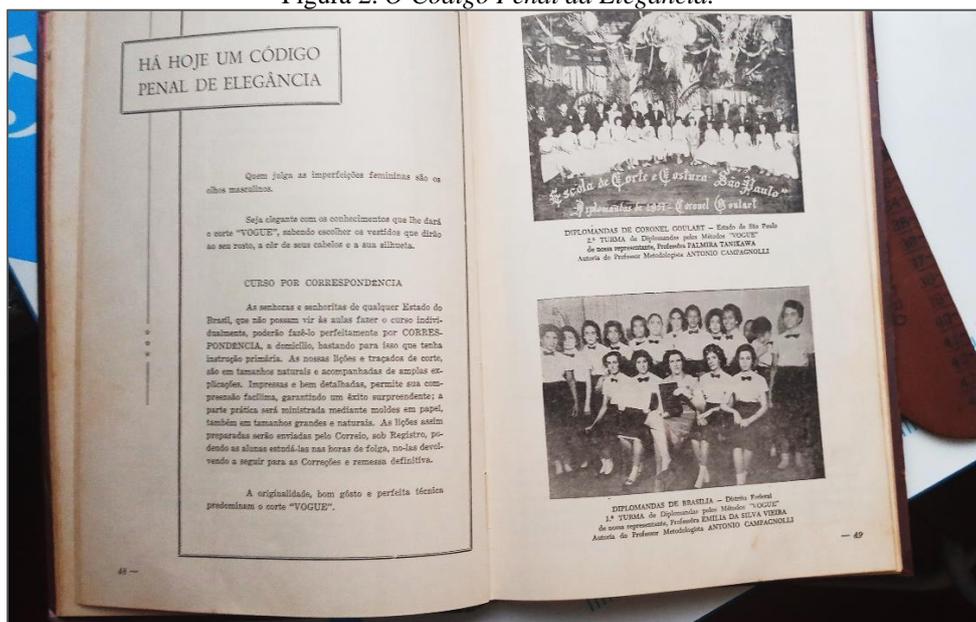
- Não gastando com costureira, poderá gastar consigo mesmo e assim andar sempre andar bem trajada;
- Apresentando-se sempre bem-vestida, será mais considerada pelas suas amigas e mais apreciada pelos homens de bom gosto;
- Poderá abrir um ateliê de costura, ganhando honestamente, garantindo o seu futuro e de seus filhos;
- Não se achará nunca diante das desgraças que a miséria aconselha às moças que ficam desamparadas no mundo;

O último item, evidentemente, se refere à prostituição. Nota-se o destaque atribuído às categorias de honra, honestidade e boa aparência associadas à profissionalização do público feminino, ainda que qualificado como braço fraco. Por sua vez, o método à distância também é promovido, com o recurso argumentativo das vantagens:

Este estudo feito com tranquilidade em sua casa em um ambiente familiar e descansado, são fatores que contribuem para uma perfeita concentração de espírito. Estudará a lição com vantagem de ter mais sossego, para análise e controle da mesma, num ensino individual e não coletivo. Não precisará se preocupar com outras alunas, saber se estudou a lição, nem será obrigada a ouvir repetidamente lições que já sabe.

Leio alguns desses trechos em voz alta, Lourdes comenta, achando graça: “depois falam que curso a distância é coisa de agora, isso sempre existiu”. Mais algumas páginas adiante, encontro outra chamada que sintetiza, de forma inesperada e contundente, parte dos temas trazidos por Lourdes: “Há hoje um código penal de elegância (...) Quem julga as imperfeições femininas são os olhos masculinos”.

Figura 2. O Código Penal da Elegância.



Fonte: *Método Vogue de Corte e Alta Costura*. Antonio Campagnolli. Edição da década de 1950. Acervo Pessoal, 2021.

## Metodologia

Tomando como referência a obra emblemática de Bosi (2003) *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, é possível considerar que a recordação memorialística se apoia na rede comunitária de valores compartilhados em determinado período histórico. Leitora de Hawbachs (1990), Bosi reafirma o caráter coletivo da memória,

mesmo quando narrada por indivíduo em particular. O sujeito que recorda parte de considerações estereotipadas da história oficial, mas, ao avançar nesse processo, acessa materiais tanto individuais, quanto coletivos, num jogo de progressiva particularização dos conteúdos. Dessa forma, Bosi (2003) pontua que o ato de recordar não está assentado numa condição solitária, mas, sim, nas experiências interpessoais:

“A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e de referência peculiares a esse indivíduo” (p. 53).

Thompson (2002) defende que a ruptura com um discurso impessoal - ou universalizado -, sobre determinado evento ou período histórico, corresponde a uma abertura para além das estruturas de poder que se colocam por trás dessas narrativas absolutas. Dessa forma, a história oral procura democratizar o que se diz a respeito do evento histórico, recuperando seu aspecto multifacetado, a partir do relato daqueles que vivenciaram diretamente determinado fenômeno, sem pretensão de esgotar o acontecimento, mas expandi-lo em sua complexidade. Para Thompson, as transformações nas estruturas sociais reverberam diretamente no cotidiano e nas relações dos sujeitos, de tal modo que esses conteúdos mais amplos estruturam, individualmente, os sentidos produzidos e as referências identitárias. Em vista disso, Alberti (1989) sintetiza a proposta metodológica da história oral da seguinte forma: “método que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar de um tema de estudo” (p. 52).

Assim, de acordo com Pereira (2009), derivada da metodologia de história oral, a entrevista de história de vida diz respeito a um exercício de reconstrução. Isso porque o narrador rememora sua trajetória, juntamente com um pesquisador que atua como mediador. Este, funciona como um intérprete, pontuando contradições, sugerindo o aprofundamento em determinados temas ou situações, organizando e editando o material que o narrador traz. Pereira conclui:

Por ser calcada no diálogo, a história de vida permite explorar melhor certos elementos que, em geral, são lacunares (...) aspectos da intimidade, processos de tomada de decisão, vida cotidiana (...) o investigador estimula o entrevistado a lembrar-se (p. 120).

Destaco que, além da contribuição para a pesquisa acadêmica, o caminho conjunto que narrador e pesquisador constroem, no trabalho com histórias de vida, traz uma importante benefício para aqueles que rememoram. Cunha & Machado (2003) apontam que o espaço de diálogo e narração memorialística implicam numa situação de reconhecimento e reapropriação pelo sujeito de sua história. Trata-se de uma “atividade desalienadora” (Bosi, 2003, p. 82), uma vez que a pessoa se percebe a si mesma além de eventuais relações de dependência, colocando-se num lugar de agente da própria história.

Matos & Sena (2011) indicam que a memória se articula enquanto uma construção de elementos do passado que não tem o poder de transmitir um fenômeno ou passagem histórica em sua totalidade, mas aspectos pontuais, selecionados a partir dos estímulos de quem conduz a entrevista. Por isso, fui a campo com um roteiro semiestruturado que serviu de guia para as horas de conversa com Lourdes. Elaborei um roteiro com questões disparadoras fundamentais, são elas: o cotidiano (descrição da cidade, bairro, casa, escola, universidade, trabalho, igreja e relações interpessoais nesses espaços e outros que, porventura, surgissem – como a cadeia, por exemplo), e a conjuntura social decorrida ao longo da história pessoal. Em cada dia de entrevista, trabalhávamos uma faixa etária: 1) infância; 2) juventude; 3) vida adulta e 4) velhice. Sendo assim, havia um exercício de mapeamento dos espaços, relacionamentos, situação de vida e conjuntura social em cada um desses momentos da trajetória de Lourdes. Além da ferramenta do diálogo, havia momentos em que eu perguntava à entrevistada se ela tinha objetos ou recordações materiais dos eventos narrados. Foi então que Lourdes me chamou para a sala de costura, onde me mostrou a bolsa de farda e o livro de corte e costura. Ela autorizou que eu fotografasse os itens conforme solicitado.

O conteúdo apresentado neste artigo é um recorte, está centralizado nos relatos da juventude e vida adulta, quando Lourdes rememora a história do casebre junto à cadeia. A seguir, transcrevo algumas questões disparadoras utilizadas durante a entrevista (no roteiro semiestruturado), especificamente, nas fases da juventude e vida adulta, contempladas neste artigo.

- Juventude: houve uma ampliação no círculo social?; quem eram as pessoas com que tinha mais proximidade nessa época?; amigas; quais eram os temas que te interessavam nessa época?; tinha algum desejo/sonho/projeto?; como era sua rotina e da sua família?; se sentia acolhida?; passou a frequentar, parou ou continuou a ir à igreja? ; permaneceu morando no mesmo local de infância? (luz e saneamento);

começou ou permaneceu estudando?; aconteceu alguma mudança na composição familiar?; o que mudou na sua rotina conforme foi amadurecendo?; trabalhou? (recebia?); passou a frequentar espaços diferentes na cidade?; como de deslocava até lá?; lembra de alguma mudança que aconteceu no espaço cidade?; ou, como foi a adaptação à nova cidade? (caso tenha se mudado); atividades de lazer; compras diversas; como se vestia? tinha alguma moda na época?; existia algum tipo de choque cultural entre os mais jovens e os mais velhos?; telefone?; livros; músicas; programa de rádio; filmes; novela; tinha momentos em que ficava sozinha? saía de casa sozinha?; existia alguma preocupação com sua segurança?; acesso a atenção médica?; cuidados com a saúde. Existe algum acontecimento de ordem político-social que te marcou nessa época?

- Vida adulta: como foi o processo de aquisição de documentos pessoais (RG, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho? Conta no banco? Poupança?); houve alguma mudança de planos/projeto/desejo?; estudou, trabalhava? (recebia?) colegas de trabalho?; permaneceu residindo com a família?; se casou?; como se conheceram/como foi?; quais expectativas tinha sobre o casamento?; como ele te tratava?; e a família dele?; como se sentia com ele?; aconteceu alguma mudança de moradia, bairro ou cidade (luz e saneamento)?; como era a infraestrutura da cidade nessa época?; a senhora saía sozinha?; manteve contato com a família ou amizades mais antigas?; continuou ou passou a frequentar a igreja? como era a nova casa?; quem organizou a rotina da casa?; quem administrava as finanças da casa?; filhos(as)?; pré-natal?; como foi de início?; tinha rede de apoio?; vizinhos?; quais eram os temas sobre os quais mais se conversava com familiares e/ou amigos (quem eram seus amigos nessa fase?); e quais desses temas mais te interessava?; a senhora lembra de questões políticas dessa época?; o que achava disso?; acompanhou os debates sobre a ampliação dos direitos das mulheres?; como teve acesso a esse tema?; compras diversas; como se vestia?; livros; músicas; programa de rádio; filmes; novela; lembra de alguma personalidade ou personagem feminina que tenha te marcado?; acesso a atenção médica?; quais cuidados de saúde (alimentação) adquiriu ou manteve?; Existe algum acontecimento de ordem político-social que te marcou nessa época?

Foram realizados quatro encontros presenciais na casa de Lourdes, com duração aproximada de 3h cada. O convite para participação na pesquisa aconteceu de modo *online*, tendo sido disparado no grupo de trocas mensagens das idosas que frequentam as oficinas da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), atividade de extensão à

comunidade oferecida pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCL UNESP). O relato de Lourdes foi gravado em áudio e transcrito. O material é analisado a partir de uma interpretação qualitativa. Stake (2011) explica que: “a interpretação é um ato de composição. O intérprete seleciona descrições e as torna mais complexas, utilizando algumas relações conceituais” (p. 65). Da mesma forma, Lakatos & Marconi (2010) compreendem que a interpretação de dados diz respeito a uma atividade de: “(...) dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos” (p.152). Logo, não se trata uma abordagem que procura estabelecer generalizações, mas, sim, expandir o que fora relatado e integrar esse material num cenário mais amplo e complexo, utilizando-se de discussões teórico-conceituais para tanto.

Haraway (1995) afirma que a produção científica reverbera a manutenção de estruturas de poder a partir do discurso de sujeito universal. Quando nos referimos a uma categoria de indivíduo geral, que pode estar em toda parte, reforçamos uma despolitização do tema de estudo. A isenção das particularidades nos permite falar apenas de categorias que já estão consolidadas, operando uma lógica de reprodução que pouco acrescenta ao debate acadêmico. Ao contrário disso, a localização da produção do saber nos permite atingir contrassensos e descontinuidades que compõem o tema de estudo e, principalmente, o jogo de forças que o atravessa. Portanto, ao assumir a narrativa de Lourdes como um fio localizado da história, é possível contemplar toda uma rede de sociabilidade tecida à sua volta, agregando a população carcerária da época de vila, bem como, as mulheres da zona de meretrício, quando a cidade começou a se urbanizar. Mesmo na posição de esposa de um policial militar, Lourdes mantinha uma forma de tratamento horizontal, construindo relações de amizade com essas pessoas. A importância da história de Lourdes se dá pela característica aglutinadora com a qual ela reúne diferentes personagens, e como ela cria, através dessa rede de amizade, um sentido de continuidade para sua existência.

Com isso, parafraseando Thompson (2002), o relato de Lourdes nos joga para dentro da história. Enquanto dona de casa, ela sempre trabalhou dentro deste espaço, seja como uma carcereira informal, costureira ou cabelereira. A mulher casada não tinha liberdade de circulação. Mantinha-se presa no espaço doméstico, seguindo o tal código penal da elegância. Foi de dentro da casa de Lourdes que ouvi a sua história, e é onde a sua história de vida se passa: num casebre junto à cadeia, na casa própria com puxadinho do salão de beleza, na casa de esquina em Assis/SP. Este é ponto de onde Lourdes vê o tempo passar: a casa é o lugar onde Lourdes fez sua história. O registro dessa história não

poderia ter sido de outra forma, senão por meio da entrevista, já que Lourdes, como ela mesma me falou: “eu vejo as palavras, eu entendo tudo, mas acho difícil escrever”. Faço, então, a minha parte. Confecciono, nos moldes da linguagem escrita, alguns dos aspectos e causos da história de vida desta senhora.

### **Sociabilidade entre figuras sociais antagônicas**

O processo de modernização relatado por Lourdes, com destaque para as formas de sociabilidade, permite um exercício de leitura e interpretação deste fenômeno através do pensamento de Simmel. Logo, é importante que seja definido o termo sociabilidade. Simmel (2006) compreende que a interação entre as pessoas não se constituiu pela mera agregação quantitativa. Na perspectiva deste autor, o que confirma a presença de um viés relacional é a produção de uma forma: “forma de estar com o outro e de ser para o outro” (p. 60). A geometria dessas formas tem um potencial orgânico, ou seja, é produzida pela singularidade e variabilidade de encontros entre pessoas. A matéria-prima das formas nada mais é do que o compartilhamento de uma finalidade em comum (afetiva, material, sensorial), amortecendo diferenças individuais, permitindo que as pessoas se coloquem como uma unidade. Cabe ressaltar que Simmel enfatiza a produção criativa de formas, sendo que elas são abstrações investidas de conteúdos materiais, finalidades e afetividade. Abstrações que adquirem uma existência própria quando cultivadas por determinado agrupamento: as formas são lúdicas, há uma parcela de brincadeira, cordialidade e despojamento. A experiência dessas formas tem o poder de despertar no sujeito não apenas o pertencimento a um grupo, mas uma satisfação pessoal espontânea. Isto se dá pelo processamento simbólico de conteúdos materiais. Sendo assim, a sociabilidade é exatamente isto: um jogo de releitura compartilhada da realidade.

Simmel afirma que as formas de sociabilidade, produto simbólico fruto do jogo relacional, estão fundamentadas num pressuposto democrático:

Na sociabilidade não entram o que as personalidades possuem em termos de significações objetivas, significações que têm seu centro fora do círculo de ação; riqueza, posição social, erudição, fama, capacidades excepcionais e méritos individuais não desempenham qualquer papel na sociabilidade (p. 66-67).

Portanto, é interessante que se faça uma ponte com o relato de Lourdes. Quando me refiro às formas de sociabilidade que esta senhora desenvolveu tanto com os presos,

como com as prostitutas, quero sublinhar esse sentido partilhado que os aglutinava enquanto unidade. Sendo que a estrutura hierárquica entre presos e carcereiro(a), além da oposição entre mulheres da vida e a dona de casa, era apaziguada. Apesar de não ser uma diferença resolvida, quebrava-se o estereótipo de rivalidade entre essas figuras sociais que são antagônicas, que existem enquanto opostos complementares. A existência do sujeito encarcerado justifica a do agente carcerário. Do mesmo jeito, a mulher dona de casa atende à demanda reprodutiva, é abnegada, zela pela família; ao passo que a mulher da vida encarna os atributos femininos relacionados ao prazer do corpo. Este antagonismo organiza a materialidade e o funcionamento social. Porém, o recurso da sociabilidade embaralha essas normas, até mesmo aqueles conteúdos sociais mais enraizados:

(...) a sociabilidade demanda o tipo mais puro, claro e atraente de interação, aquela que se dá entre *iguais*. Pela sua natureza, ela precisa criar seres humanos que se desapegam de seus conteúdos objetivos e que, assim, modificam seu significado interno e externo para se tornarem sociavelmente iguais. É o jogo do “faz de conta”, faz de conta que todos são iguais, e, ao mesmo tempo, *faz de conta que cada um é especialmente honrado*. O “faz de conta” não é uma mentira, assim como não o são o jogo e a arte (Simmel, 2006, p. 71. Grifo do autor).

A ferramenta por meio da qual são produzidas as formas de sociabilidade é a conversa. Através do diálogo se experimenta a combinação e rearranjos diversos dos conteúdos sociais que estão postos. A conversa é, então, o espaço do brincar com a realidade, criar atalhos simbólicos a partir de dados concretos e excruciantes: “Toda sociabilidade é um *símbolo* da vida quando esta surge no fluxo de um jogo prazeroso e fácil” (Simmel, 2006, p. 80. Grifo do autor). Em outro momento de sua obra, Simmel traz mais alguns apontamentos que podem nos ajudar a entender melhor a questão das figuras sociais antagônicas. Assim, em (1971a), o autor pontua que a expansão quantitativa do número de integrantes de um agrupamento social, implica na diferenciação qualitativa entre os seus membros. Isto se dá em virtude da disputa pelos recursos que garantem a subsistência coletiva, os quais preservam sua quantidade de oferta limitada. Simmel entende que, a competição despertada pela necessidade de sobrevivência, opera uma disputa cooperativa pelos recursos dada no sentido de uma especialização dos membros, individualizando a característica dos participantes, como forma de justificar sua funcionalidade e pertencimento ao todo.

A diferenciação posta em jogo compreende a abertura para formação de grupos dissidentes, atuantes nas lacunas deixadas pela limitação do provimento de subsistência

coletiva. Nota-se um afrouxamento do ideal de grupo, uma vez que suas fragilidades operacionais estão materializadas em formas de associação e identidades sociais. Por isso, a diferenciação qualitativa entre os membros se desenvolve num paradoxo: uma certa proximidade marca a existência de identidades sociais que rivalizam entre si. Em vista disso, o que sustenta a diferença nada mais é do que o padrão de competirem por um mesmo motivo funcional em contextos antagônicos: seja no esgarçamento do ideal coletivo, bem como, no seu contrapeso, na vigília das leis que garantem a reprodução social tal como está posta.

O processo de diferenciação social cria, assim, forças aglutinantes entre os participantes que dividem uma mesma identidade social, potencializando redes afetivas e de solidariedade entre si. Portanto, Simmel afirma que, quanto menor o círculo social, mais forte será a identificação entre os seus membros. Ao passo que, quando o agrupamento social se expande, tornando-se uma abstração genérica, a tendência é de que as individualidades sejam mais demarcadas, em vista disso, há um número variado de grupos com os quais se divide um ou outro aspecto de identificação. Este último retrato conceitual proposto por Simmel versa com a produção do espaço urbano, bem como, com as novas formas de sociabilidade nos parâmetros modernos. O elemento que garante a permanência do laço social é dado, então, a partir de uma base econômica em comum, representada pelo dinheiro. Por sua vez, o ideal compartilhado que garante a reprodução social, corresponde ao modelo de divisão social do trabalho.

Esta mudança cultural, consoante à modernidade, tem como elemento representante a padronização dos espaços – e as eventuais formas de ocupá-los –, com a edificação do aparelhamento urbano, atendendo à dinâmica de reprodução social capitalista. Porém, como indica Santos (2008), a produção de espacialidade é determinada pela existência de relações humanas, de modo que o espaço não é apenas concreto, mas também, simbolizável e simbólico, traço que lhe permite configurações projetivas variadas. O desenrolar da vida cotidiana, em sua multiplicidade de encontros, atalhos, permanências e inflexões, ressignifica a descrição funcional dos lugares. Isso porque há necessidade de produção de sentido para a vida em seus termos mais singelos: na experiência do dia a dia, por exemplo.

A forma de administrar racionalmente os encontros interpessoais, diferenciando-as entre os espaços público e privado, nos diz de uma política de investimento afetivo própria da modernidade. O recurso intelectual, utilizado como modo de navegação pelos espaços urbanos comuns, corresponde uma resposta emocional anestesiada pela

sobrecarga de estímulos da cidade. O sujeito moderno fixa sua forma de ser e estar no mundo de modo racional e protocolar (Simmel, 1971b). De acordo com Martins (2020), será nos sonhos, sonhados no espaço privado, que toda essa carga de estímulos multifacetados será processada, muitas vezes, no contorno do absurdo, já que o modo de funcionamento operacionalizado no cotidiano solapa as possibilidades de produção de sentidos da realidade experienciada no dia a dia.

O moderno é, no fundo, apenas tênue carapaça que recobre precariamente as seguranças mais profundas de relações sociais arcaicas. Tão precariamente que, apenas cessada a vigília ao final do dia, esse mundo pretérito emerge à consciência, no sonho, para expor, julgar e temer as irracionalidades e desencontros da vida cotidiana (Martins, 2020: 66).

### Considerações finais

O relato de Lourdes, ambientado num período de intensa transformação social, cultural e política do país, constitui um material de impacto sobre o modo como as relações humanas se constituem espontaneamente e, porventura, passam a ser administradas. A aproximação entre figuras sociais que, no lugar-comum, rivalizam entre si, fomentada pela conveniência de partilha do cotidiano, desperta, à primeira vista, um estranhamento. No entanto, cabe destacar o estado carencial e a formação intersubjetiva da agente humano, implicando na necessária formação de agrupamentos e produção de formas de sociabilidade entre si. O relato trata de um processo de sociabilidade orgânica. A modernização da vila, e do próprio sistema prisional, impôs uma demarcação mais rigorosa na performance e na individualidade das figuras sociais. Inclusive, na política de uso dos espaços urbanos, contornando a diferenciação entre público e privado.

Assim, a relação de familiaridade, própria de círculos sociais mais reduzidos, parece significar a produção do sentido de unidade, independente das práticas e formas de subsistência de cada um. A modernização do vilarejo em cidade representou, então, uma nova política de administração das relações humanas, que, em virtude da expansão do círculo social, torna-se uma sociedade organizada pela racionalidade num tom asséptico. Com isso, não se pretende estabelecer uma distinção maniqueísta entre formas de sociabilidade. Destaca-se o contraste entre uma e outra, entendendo que, não há um movimento de superação ou retrocesso, mas, sim, que são formas variadas de manifestação e atribuição de sentido das relações humanas. A vigilância dos espaços públicos, no caso da *Vila Pega Cria*, demonstra que os recursos e aparelhamento moderno

da cidade foram mobilizados pela própria população, ainda que o lugar fosse do conhecimento e práticas de intervenção pessoal dos habitantes. Este fato demonstra que o tensionamento de valores sociais pendeu para garantia mais abstrata de direitos humanos, própria do sistema moderno.

No entanto, como sugere Martins (2020), a modernidade brasileira é bastante específica, no sentido de ser inconclusa, parcialmente manifesta e um tanto contraditória. Ela se materializa sob o discurso de progresso em regimes governamentais de caráter ditatorial, como foi o caso do Estado Novo e do Regime Militar de 1964, sendo o último, o período histórico que compreende o relato de Lourdes. Portanto, é importante considerar o impacto deste enquadramento político no desenvolvimento de formas de sociabilidade, já que o período histórico diz respeito a estratégias de vigilância intensificadas e desmembramento de associações vistas como ameaça pelo Regime. Por fim, conclui-se que este artigo recupera detalhes de um momento histórico que investia contra sociabilidades para tratar exatamente da espontaneidade e do caráter multifacetado das formas de relacionamento humano.

### **Referências**

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. Ed. - São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, José De Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2020.
- MATOS, Júlia Silveira; SENNA Adriana Kivanski. História oral como fonte: problemas e métodos. *História*, Rio Grande n. 2, v.1, p. 95-108, 2011.
- PEREIRA, L. M. L. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. *História Oral*. v. 3, p. 117-127, 2000.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SIMMEL, Georg. A sociabilidade. Em: *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, Geog. Group expansion and the development of individuality. Em: LEVINE, Donald N. (Org). *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971a. p. 252-292.

SIMMEL, George. Metropolis and mental life. Em: LEVINE, Donald N. (Org). *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971b. p. 324-338.

STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.